

13 de maio: abolição da escravidão reforça a necessidade de combater o racismo estrutural

O 13 de maio de 1888 entrou para a história como o dia da assinatura da Lei Áurea, que aboliu oficialmente a escravidão no Brasil — último país das Américas a pôr fim legal ao regime escravocrata. Durante décadas, a data foi ensinada como um momento de celebração nacional. No entanto, pesquisas históricas mais recentes têm ampliado o debate e revelado que a abolição foi resultado de um processo complexo, marcado por resistência negra, disputas políticas e pressões sociais internas e internacionais.

Hoje, movimentos sociais, pesquisadores e entidades sindicais defendem que o 13 de maio deve ser compreendido menos como uma comemoração e mais como um momento de reflexão crítica sobre o passado e, principalmente, sobre o presente das relações raciais no país.

A abolição não ocorreu de forma repentina. Ao longo do século XIX, o Brasil passou por uma série de mudanças legais e sociais que enfraqueceram o sistema escravista, como a Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibiu o tráfico de pessoas escravizadas, a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885). Além da pressão internacional — especialmente da Inglaterra — o movimento abolicionista ganhou força dentro do país, com atuação de jornalistas, intelectuais, trabalhadores livres, militares e, sobretudo, da própria população negra escravizada, que resistia cotidianamente à exploração. Fugas, formação de quilombos, revoltas, ações judiciais por liberdade e diversas formas de resistência contribuíram diretamente para o colapso do sistema escravista.

Para o secretário de Combate ao Racismo da Contraf-CUT, Almir Aguiar, o 13 de maio precisa ser ressignificado como um marco de luta permanente contra o racismo. “A abolição aconteceu sem reparação histórica. Pessoas negras foram libertadas juridicamente, mas abandonadas socialmente. O racismo estrutural que vemos hoje no mercado de trabalho, nos salários e nas oportunidades é consequência direta desse processo. Por isso, o 13 de maio deve ser um dia de consciência, organização e luta por igualdade real.”

Segundo Almir, o movimento sindical tem papel fundamental no enfrentamento das desigualdades raciais, especialmente na defesa de políticas de inclusão, promoção da diversidade e combate às discriminações nos ambientes de trabalho. “Combater o racismo não é apenas uma pauta identitária, é uma pauta de classe. Não existe justiça social sem igualdade racial.”

Mais de 130 anos após a Lei Áurea, o Brasil ainda convive com profundas desigualdades raciais em renda, acesso ao emprego formal, cargos de liderança e condições de vida. Relembrar o 13 de maio, portanto, não significa apenas olhar para o passado, mas reafirmar o compromisso com políticas antirracistas, justiça social e um mundo do trabalho verdadeiramente democrático e inclusivo.